

**O Conjunto Residencial da Penha: a arquitetura moderna e embates entre
racionalidade e expressividade**

Flávia Brito do Nascimento e Nilce Cristina Aravecchia Botas

Arquiteta e historiadora, mestre em História da Arquitetura e do Urbanismo EESC-USP, doutoranda
FAUUSP, arquiteta Iphan-SP; Arquiteta, mestre em História da Arquitetura e do Urbanismo EESC-USP,
doutoranda FAUUSP, docente da Universidade São Francisco

Rua Bocaina, 23/54 Perdizes São Paulo-SP 05013-030 tel. 11-3875-1132 flaviabn@terra.com.br

Rua dos Ingleses, 484/73 Morro dos Ingleses São Paulo-SP 01329-000 tel. 11-3262-5394

nilce_aravecchia@hotmail.com

O Conjunto Residencial da Penha: a arquitetura moderna e embates entre racionalidade e expressividade

Resumo:

O presente trabalho propõe analisar a trajetória de projeto e construção do Conjunto Residencial da Penha pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Pretende-se fazê-lo de ponto de vista que procura admitir os conflitos e evocar as contradições do período, elucidando os diversos conceitos que constituíram a produção habitacional de 1930 a 1964.

O amadurecimento e a consolidação da estratégia habitacional sistematizada e levada a termo pelo Estado Novo aparecerem no Conjunto Residencial da Penha. Construído de 1947 a 1949, ele foi um ponto de inflexão na produção do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. O primeiro projeto para o Conjunto da Penha foi encomendado ao escritório dos Irmãos Roberto no final da década de 1930, mas não foi levado a termo, sendo substituído por outro de autoria do corpo técnico do próprio IAPI.

Para o IAPI, já na segunda metade da década de 1940, o refinamento arquitetônico, presente no projeto dos irmãos Roberto, não respondia mais às necessidades de construir mais, no menor período de tempo possível. Na avaliação dos técnicos do Instituto, não havia razão para deixar à mostra a estrutura dominó, e o telhado em duas águas respondia mais objetivamente aos propósitos estabelecidos. O bloco residencial que se reproduz para formar o conjunto residencial da Penha faz parte de uma linha tênue da produção habitacional no Brasil, que separa uma arquitetura de exceção que se imaginou passível de reprodução, de uma produção massiva e pragmática, calcada na economia e racionalização a todo custo, na qual as preocupações com os limites da padronização presentes na concepção do IAPI foram abandonadas.

Palavras-chave: arquitetura moderna, conjuntos residenciais, Irmãos Roberto

Abstract:

This paper aims to analyze the history of the design and construction of Penha Housing Block by Industriary Welfare and Pensions Institute, located in Rio de Janeiro. The intention is do it in order to admit the conflict and evoke the contradiction of that period, enlighten the various concepts that structured housing production between 1930 and 1964.

The maturing and consolidation of a housing strategy by "Estado Novo" are evident in Penha Housing Block. Built between 1947 and 1949, it was a inflection in the production of Industriary Welfare and Pensions Institute. The first project for the housing blocks was commissioned to Roberto Brothers by late 1930's, but it was not built, substituted by another one design by architects from within Industriary Welfare and Pensions Institute.

For this Institute, during the second half of 1940's, the architectural refinement shown in Robert Brothers design, did not answer to the needs of building more and faster. For the burocrats of the Institute, there was no reason to give attention to certain architectural element. The housing block that was built is part of a architectural production that was imagined possible of reproduction, separated from anther another one, massive and pragmatic, based on economy of means.

Key-words: modern architecture, housing blocks, Irmãos Roberto

Descobrimos arquiteturas na trajetória de um projeto: o Conjunto Residencial da Penha

A relação, por um lado tensa e por outro tênue, entre racionalidade e liberdade formal foi tônica recorrente no debate da arquitetura moderna brasileira. Plasticidade, integração das artes e experimentação com elementos de vedação, consagraram a expressão arquitetônica brasileira nos anos 1940 e 1950, no que se pode considerar como um êxito na empreitada pela construção de uma identidade nacional, dentro do rol de países latinoamericanos que logravam tal feito.

Esta inversão das vanguardas latinoamericanas pode explicar as críticas deflagradas por Max Bill, representante da vanguarda europeia, que em 1953 na Bienal Internacional de São Paulo, acusou a arquitetura moderna brasileira de ser irracional, frívola, e, logo, sem comprometimento social. Em seu lastro elaboraram-se novas e contundentes avaliações de Bruno Zevi e Giulio Carlo Argan.

Max Bill, no entanto, ressaltou o Conjunto Residencial do Pedregulho e a arquitetura de Reidy por representarem a preocupação com o enfrentamento dos problemas brasileiros. Entende-se que seus aspectos plásticos, claros no bloco residencial serpenteante e nos edifícios complementares, como lavanderia, escola, e posto de saúde, repletos de brises, cobogós, telhados em borboleta, arcos e abóbadas, não incomodavam porque atendiam a uma função, ainda que fosse a de torná-lo mais útil. (BILL, 1954:288) Para Wisnik (2004), a aparente incoerência das críticas do suíço, explica-se pelo fato de serem mais uma questão do plano moral do que propriamente técnico: a expressão individual não deveria sobrepor-se às expressões coletivas. A lógica da edificação feita para o lugar, com expressividade singular conformando espaços únicos, indissociáveis e irreprodutíveis presentes na arquitetura de Niemeyer, incomodava por ser autoritária, quase vaidade pessoal.

No entanto, a crítica parece advir de um conhecimento parcial da arquitetura brasileira, pois a produção de habitação social não se restringiu ao Pedregulho e, no Brasil nos anos 1930 até 1960, esteve no cerne da discussão sobre a reprodutibilidade. Ainda que, no geral, ela fosse assumida como objetivo claro, as realizações penderam entre as tendências de maior racionalidade por um lado e de singularidade por outro. A partir dos anos 1960, com o aprimoramento das técnicas construtivas, a repetição e sua conseqüente massividade seriam hegemônicas na produção estatal de moradias. Mas, ainda nos anos 1940, período de experimentação, intensos eram os embates em torno da viabilidade da arquitetura e urbanismo modernos. O Pedregulho, por exemplo, foi à sua época duramente criticado por ser muito caro, e inviável como modelo habitacional. No entanto, para Affonso E. Reidy e Carmen Portinho importava efetivar “unidades residenciais autônomas” em cada bairro da cidade do Rio de Janeiro, que não apenas dessem abrigo, mas que fossem agentes da transformação social. (NASCIMENTO, 2004)

A habitação era parte integrante do modelo estadonovista de criação do trabalhador. Partindo da idéia de que não havia um povo antes de sua ação, o Estado Novo forja o “verdadeiro”

trabalhador, apagando vestígios das práticas culturais diferenciadas e reforçando os ideais de unidade, coesão e poder coletivo. As reais virtudes do povo brasileiro, bem guardadas durante anos, escondiam os valores de nossa nacionalidade e poderiam emanar, caso fossem satisfeitas suas necessidades. Fazia-se necessário “restaurar” a sociedade brasileira, retirando-a do seu estágio de natureza, mediante a organização do poder político. O pobre urbano não era mais o alvo das ações policiais e repressivas, tão comuns no cenário da República Velha, a partir de 1935 a questão social definia-se como uma questão política. (GOMES,1988)

Este “povo brasileiro” habita, sobretudo, as cidades, às quais é conferido o papel de locus privilegiado da modernidade como operadora da modernização. Nas cidades estão os intelectuais e letrados, e está também o campo fértil para a conformação de uma burocracia estatal que comande esta regulação. Destarte, cabe aqui a interpretação de que a supremacia da burocracia se dá no universo urbano. (RAMA in MORSE y HARDOY, 1985)

A cidade, habitada pelo “povo”, comporta o ciclo progressista da cidade moderna latinoamericana, cuja dinâmica expansionista teria se dado, segundo Adrián Gorelik (1999), em três momentos. Ao primeiro momento corresponde a modernização conservadora de finais do século XIX; o segundo momento seria o das vanguardas dos anos trinta; e o terceiro o desenvolvimentismo dos anos cinquenta e sessenta.

Iniciada em meados dos anos vinte, a produção de habitações pelo poder público no Brasil toma fôlego na segunda metade dos anos de 1930, no interior dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e, inserida na dinâmica expansionista da cidade latino-americana no momento das vanguardas, torna-se protagonista na concepção ideológica do novo trabalhador brasileiro¹.

A normatização de espaços privados, com ingerência direta na família, eram suas tarefas, como se lê nas argumentações do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, o IAPI:²

Hoje em dia, ninguém põe em dúvida o fato de que a aplicação das reservas da Previdência Social na construção de unidades destinadas à moradia das classes menos favorecidas constitui apreciável fator de ajustamento social. A entrega, ao uso das populações dos grandes centros industriais, de habitações confortáveis, higiênicas e baratas é um dos recursos de elevação do padrão de vida do povo.

O homem é um ser sociável por excelência, com a tendência para se adaptar, com grande facilidade, às soluções novas que lhe acenam com a perspectiva de melhor equilíbrio social.

¹ A construção de casas para os associados foi adotada a partir de 1930 pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões – primeiros órgãos de previdência social brasileiros –, como modalidade de aplicação de suas reservas, pois já alcançava acúmulos de recursos. Com a instituição do Ministério do Trabalho, são criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões, que adotam o modelo das antigas Caixas já prevendo, em sua concepção, o investimento de recursos na construção e aquisição de imóveis. Mas a construção de casas pelos institutos, efetiva-se a partir de 1938, com a criação das carteiras imobiliárias no interior dos órgãos. A produção, que antes se detinha a casas unifamiliares, distribuídas de forma fragmentada no tecido urbano, avança na questão da massificação e grandes conjuntos habitacionais com casas e edifícios produzidos em série, passam a ser construídos pelos Institutos. O pioneiro dessa produção, revelado na exposição Brazil Builds, foi o Conjunto Residencial do Realengo produzido pelo IAPI, de autoria do arquiteto Carlos Frederico Ferreira. (ARAVECCHIA, 2000)

² O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários foi criado em 31 de dezembro de 1936, e tinha por finalidade conceder aposentadoria aos seus associados e pensão aos respectivos beneficiários. Sua Carteira Imobiliária deveria movimentar o capital havido pela arrecadação de contribuições com resultados concretos, isto é, obter com o mesmo, juros suficientes para manter a instituição e aumentar seu patrimônio, se possível. (IAPI, 1950) e (VALÉRIO, 1947)

Nunca será demais encarecer a influência benéfica da boa residência na moral e nos costumes dos cidadãos. Facilitar a moradia em casas condignas é ainda um dos mais acertados processos de concorrer para a melhoria do nível geral de civilização de um povo e para a obtenção de uma ambiente de tranqüilidade social. (IAPI, 1950:296)

A racionalização da construção foi uma das facetas da vasta concepção habitacional do período, cujas experimentações iniciaram-se no primeiro grande conjunto produzido pelo IAPI, o Realengo e ganhou importância central por conta da necessidade da produção em larga escala, materializando-se nos edifícios coletivos:

Por motivos de ordem econômica, tem sido evitada a solução representada pela moradia individual, construída em centro de terreno. (...) A preferencial pela moradia em edifícios coletivos resulta, assim, naturalmente, do estudo econômico do plano de inversões, como um dos processos de obtenção de residência a baixo custo, acessível a grandes massas de associados. A construção em série, apresentando características de produção industrial, possibilita a obtenção de custos baixos, sem prejuízo de um padrão construtivo satisfatório. (IAPI, 1950)

A consolidação de dada estratégia habitacional aparece no Conjunto Residencial da Penha. Construído de 1947 a 1949, foi um ponto de inflexão na produção do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. O primeiro projeto para o empreendimento foi encomendado ao escritório dos Irmãos Roberto no final da década de 1930, mas não foi levado a termo, sendo substituído por outro de autoria do corpo técnico do próprio IAPI.

A estrutura administrativa do IAPI levou algum tempo até se estabelecer, de forma a poder conduzir todas as frentes de projeto.³

A trajetória do Instituto parece corresponder aos dois últimos momentos do ciclo da dinâmica expansionista da cidade latino-americana, avaliada por Gorelik (1999). Iniciando sua ação no momento de efervescência das vanguardas modernas dos anos trinta, sofre transformações que constituem seu corpo burocrático no decorrer das décadas seguintes.

Ao iniciar suas realizações no campo habitacional, ainda sem corpo técnico e repertório constituído, lançou mão da inteligência individual de arquitetos e engenheiros para a elaboração de projetos. Estes deveriam traduzir a política de construção de conjuntos habitacionais de grande porte, que marcassem a atuação do Instituto na paisagem das cidades. Importante dizer que os conjuntos do IAPI variavam muito no número de unidades, dependendo da demanda local e das condições de implantação. Há conjuntos de dezenas de casas até os grandes conjuntos

³ Segundo Boris Fausto, “o Estado Novo procurou reformular a administração pública, transformando-a em um agente de modernização. Buscou-se criar uma elite burocrática, desvinculada da política partidária e que se identificasse com os princípios do regime. Devotada apenas aos interesses nacionais, essa elite deveria introduzir critérios de eficiência, economia e racionalidade.” (FAUSTO, 1999:213). Efetuando a reforma na administração, foi criado, em 1938, o DASP, Departamento Administrativo do Serviço Público, designado a reformular o quadro de pessoal e tornar os funcionários aptos para os novos cargos instituídos pela burocracia. O órgão promovia cursos de capacitação para a administração pública e também para os serviços especializados. (ARAVECCHIA, 1999:17)

habitacionais de grande impacto no tecido urbano, das periferias dos grandes centros, que variaram de 1500 a 2500. (IAPI, 1950:300)

Estiveram afinados com essa empreitada os arquitetos filiados ao movimento moderno, cujos ideais de economia e racionalização da construção balisaram o IAPI. Fizeram parte deste primeiro período de atuação do Instituto, o Conjunto Residencial do Realengo no Subúrbio do Rio de Janeiro, de autoria de Carlos Frederico Ferreira, inaugurado em 1942, com cerca de 2.400 unidades habitacionais; o Conjunto Residencial da Baixada do Carmo, em área industrial próxima ao centro de São Paulo, de Atílio Corrêa Lima, que previa a construção de 4.038 unidades residenciais, das quais foram construídas 552, além de equipamentos públicos que não foram realizados; o Conjunto Residencial Lagoinha de 1940, em Belo Horizonte, com 928 unidades residenciais, dispostas em nove edifícios que conformam grande pátio central para lazer; o Conjunto Residencial da Mooca no bairro industrial de mesmo nome em São Paulo, cujo projeto de 1941, do arquiteto Paulo Antunes Ribeiro, possui 576 unidades, dispostas nos edifícios laminares de quatro pavimentos, nos quais o arranjo das habitações dispõe uma linha de pilotis em uma das fachadas, conformando uma “loggia” aberta para os espaços públicos; o Edifício Japurá, de 1942, de Kneese de Melo, é único exemplar do IAPI com características de “unidade de habitação”, opção justificada por sua localização, na divisa do Centro com o bairro do Bexiga em São Paulo; o Conjunto Passo D’Areia em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, de 1941, com projeto inicial de Saboya Ribeiro, que depois foi reformulado pelos engenheiros Eduardo Gardolinski e Marcos Kruter, guardando características da tradição construtiva dos imigrantes europeus, nos seus mais de 2500 unidades habitacionais.

É neste escopo que se insere o projeto para o Conjunto Residencial da Penha concebido pelos Irmãos Roberto, que acabou não sendo construído. Entre este projeto e o início da construção do conjunto passaram-se sete anos, durante os quais se deu a constituição do corpo técnico do Instituto. O momento de dar início à construção do Conjunto da Penha, em finais da década de 1940, é o da inflexão na trajetória da produção habitacional do IAPI. Tomam o lugar das concepções individuais, projetos coletivos dos técnicos de carreira estatal. A experiência acumulada durante a construção de vários empreendimentos habitacionais, além das outras constantes atividades de capacitação aprovionadas pelo Estado, possibilitou a concepção de um projeto-modelo para outras realizações que se seguiram.

A organização da planta da unidade residencial tipo, o edifício reproduzido em série e a inserção urbana do Conjunto da Penha representam, de maneira geral, uma importante parcela dos conjuntos empreendidos pelo IAPI a partir do final da década de 1940. Como no caso de outros empreendimentos, é presente a preocupação de implantar a habitação onde houvesse fácil acesso à cidade já constituída.

Entre a proposta dos Roberto e a dos técnicos do IAPI há um embate, não exclusivo ao caso do Conjunto da Penha, e sim próprio da arquitetura moderna brasileira naquele período. Segundo

Roberto Conduru a arquitetura racionalista do Brasil desde a Casa Modernista de Gregori Warchavchik de 1929-30 “oscila continuamente entre a expressão de uma produção industrializada e, compensando a sua ausência, a busca por uma originalidade formal”. (CONDURU, 2004:66)

Na perspectiva da construção de uma trajetória crítica do Conjunto Residencial da Penha, a primeira chave é o papel dos Irmãos Roberto, inserida no momento da entrada das vanguardas, cuja obra revela formalmente a oscilação entre tradição e modernidade.

O Conjunto da Penha na trajetória dos Irmãos Roberto

Os irmãos Roberto tiveram papel preponderante na arquitetura moderna brasileira. O primeiro trabalho profissional feito em conjunto por Marcelo e Milton, este recém-formado pela ENBA, foi o concurso para a sede da ABI – Associação Brasileira de Imprensa realizado em 1936, marco fundador do escritório MM Roberto, que logo seria acrescido de mais uma letra, com o ingresso do irmão mais moço Maurício, ainda estudante, no final da década de 1930. Estréia triunfal que, não bastasse ser importante obra da arquitetura brasileira, concorre com o MES, segundo a historiografia consagrada, ao título de primeira grande obra moderna no País. (BRUAND, 1991:93) O projeto da ABI é alguns meses anterior à conclusão do projeto do MES, sendo sua obra também concluída anos antes, em 1938, o que lhe garantiu grande divulgação.

Significativo corpus teórico acerca da arquitetura brasileira vem mostrando os meandros de uma produção rica e diversa. A idéia de linhagem exclusiva ou de marcos fundadores é suplantada pela de movimentos sincrônicos de pensamento que redundaram em atitudes projetuais correlatas. Bruand, por exemplo, ao se defrontar com o pioneirismo da ABI, por si só questionador do Ministério da Educação e Saúde e da vinda de Le Corbusier como marco inaugural da arquitetura moderna brasileira, o justificam como sendo a “prova de que uma evolução original no estudo de uma arquitetura funcional já se esboçava nos primeiros meses de 1936 (...)” A estadia de Le Corbusier, segundo o autor, seria a “aceleração de um processo já em marcha.” (BRUAND, 1991:94)

Não se trata de advogar o pioneirismo em si da obra dos Irmãos Roberto, mas de mostrar as importantes vertentes de realização da nova arquitetura no Brasil. Marcelo Roberto orgulhava-se em dizer que não freqüentara Le Corbusier, e, em discurso agradecendo à publicação do *Brazil Builds*, proferido em 1943, afirma:

Não chegamos de repente. Éramos os elos de uma cadeia comprida que vai crescer muito mais. (ROBERTO, 1943)

A cadeia, que na sua vida profissional, teve início em 1929, ao fazer uma viagem à Europa e ver a arquitetura que se realizava além mar. Voltou formado pelo decreto da Revolução de 30; saiu da ENBA, portanto, antes da gestão de Lucio Costa. Até o concurso da ABI foi associado a J. Santos, conhecido construtor carioca dos anos 1920 e 1930, realizando casas e edifícios de pequeno porte. (BRITTO, 1994:78)

O edifício-sede da ABI corresponde ao momento de elaboração de uma linguagem formal, em que afirmam a filiação aos princípios da arquitetura moderna, tais como estrutura independente, teto-jardim, fachada e plano livres. O edifício foi o primeiro no Brasil e talvez no mundo com brise-soleil, especificado em metal, mas, por economia, construído em concreto. O caráter inovador desse edifício sem janelas no centro da capital federal teve grande repercussão, assegurando presença destacada dos irmãos na arquitetura brasileira por longo período. Em 1937, ano seguinte ao do concurso para a ABI, vencem outro concurso nacional de anteprojetos para o Aeroporto Santos Dumont.

A solução apresentada, e destacada pelo júri, privilegiava aspectos de circulação e implantação. Especialmente, grande ênfase foi dada ao salão de espera voltado para a pista de aviões, tendo ao fundo a magnífica vista da Baía de Guanabara. Comparado à ABI, o aeroporto apresenta leveza e plasticidade clássica, que seria reforçada nos projeto para o IRB, Instituto de Resseguros do Brasil de 1941.

Os três edifícios - ABI, Estação de Passageiros do Aeroporto Santos Dumont e IRB e a Colônia de Férias do IRB – seriam consagrados como o período inicial da carreira dos irmãos, correspondendo ao diálogo dos cânones modernos internacionais com as necessidades locais. Deste período, contudo, são omitidas algumas obras essenciais: o edifício da Liga Brasileira contra a Tuberculose (Edifício Valparaíso) e a sede do IAPI (Edifício Plínio Catanhede), datados de 1931 e 1938, respectivamente. Ambos escapam ao padrão dos outros três por não terem a leveza do “espírito carioca” e não se valerem dos elementos de arquitetura que os distinguiriam, como brises, muxarabis e pilotis. Para Paulo Santos (1965:9) estes edifícios, por serem compactos e pesados, fugiriam ao padrão da arquitetura do período 1930 a 1950. O que equivale a dizer que eles não se encaixavam na construção da trama historiográfica da arquitetura brasileira. Para tal construção, a articulação entre a modernidade das vanguardas européias e as características das construções locais só seria possível pela filiação à vertente corbusiana. (MARTINS, 1987)

O cliente dos edifícios Valparaíso e Plínio Catanhede era o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, mesmo que encomendaria em 1941 o Edifício Anchieta em São Paulo, e a nova sede Instituto no centro do Rio de Janeiro, o IAPI II. Para o Instituto, os arquitetos cariocas realizaram três edifícios de escritórios e, até onde se sabe, dois projetos de habitação. Entre o final da década de 1930 e o início da década de 1940, o Instituto dos Industriários foi o grande

cliente dos Irmãos Roberto e é neste contexto que se deu a encomenda do Conjunto Residencial da Penha.

A produção dos MMM Roberto até o final da década de 1940 tendeu à maior racionalidade e contenção formal, principalmente quando comparada às pesquisas plásticas que se seguiram. Nos anos 1940 manifesta-se com ênfase a tendência ao movimento das fachadas, com a proteção ao sol por meio de persianas ao invés de brises e a ondulação parcial das fachadas, como o Edifício Seguradoras (1944), o Edifício Marquês do Herval (1952) e as escolas profissionalizantes do Sesi. A partir de então, aprofundam-se duas vertentes que se manifestam no Conjunto Residencial da Penha: as investigações dos modos de morar e a prática do urbanismo. (BRITTO, 1994)

Desde o primeiro edifício de apartamentos projetado por Marcelo Roberto, na virada dos anos 1920 para 1930, o Edifício Morro de Santo Antônio, o apartamento duplex aparecerá em diversas construções, todas localizados no Rio de Janeiro: Edifício Júlio de Barros Barreto, projetado para o IPASE em 1947, Edifício Angel Ramírez construído pela Companhia Brasileira de Empreendimentos Econômicos, Edifícios Finússia e Dona Fátima, Edifício Sambaíba, todos de 1952 e, finalmente, Edifício Guabira, 1959.

O urbanismo, já de início, esteve presente na atividade profissional de Marcelo Roberto, quando exerceu a cátedra de Urbanismo na Universidade do Distrito Federal. Para ele, o urbanismo era indissociável da arquitetura: “a diferença, se existe, limita-se a escala e aproximações”. (MAURÍCIO, 1957)

O Plano de Diretrizes para a Região de Niterói foi o primeiro a possibilitar o exercício do urbanismo, disciplina que se afirmava nos anos 1930 como área de atuação dos arquitetos e que muito lentamente chegou à prática dos escritórios privados. Após a década de 1950 e com morte de Milton, os Irmãos se especializariam no tema, fazendo, dentre outros, o Plano para a cidade Proletária de Ricardo Albuquerque (1951) para o Banco Hipotecário Iar Brasileiro, não construído, o Plano Diretor da Região de Cabo Frio (1955-56) e o projeto apresentado no Concurso Público de Anteprojetos para a Nova Capital-Brasília, com o qual tiraram o 3º lugar. (BRITTO, 1994)

O projeto do Conjunto da Penha deu-lhes a oportunidade de trabalhar em escala urbanística articulando-a com a arquitetura moderna, cujo desafio era colocar o maior número de habitações possível, em uma gleba de cerca de 200.000 m², considerando condicionantes econômicas, como por exemplo, o aproveitamento máximo do terreno e a dispensa do elevador. Assim, os blocos organizam-se pela lógica de casas sobrepostas, ou mais especificamente sobrados sobrepostos, aproximando-se dos padrões de habitação mínima alemã do período entre guerras, as *siedlungen*.

Pouco se sabe sobre o projeto elaborado pelos irmãos Roberto, a não ser por fotos da maquete e da planta da unidade-tipo a partir de uma foto dos painéis levados pelos Roberto ao V Congresso Pan-americano de Arquitetos, publicada na Revista Municipal de Engenharia – PDF em março de

1940. Menos ainda, sobre porque ele não foi construído. Segundo o engenheiro Pedro Queima Coelho de Souza, responsável pelas obras do conjunto, o fato da não execução do projeto dos arquitetos cariocas deu-se por ser uma proposta “fantasiosa e inviável.”⁴

A escassez de informação gráfica, contudo, não impede a afirmação de que o Conjunto da Penha estava diretamente relacionado ao repertório arquitetônico dos Roberto. No plano geral, ele é composto por apartamentos duplex sobrepostos e geminados em linha, conformando “laminas” de quatro andares. Paralelamente, as lâminas se ajustam ao terreno, intercaladas por ruas de pedestres que resultam em espaços coletivos de acesso ao conjunto. Uma extensa varanda coletiva levava aos apartamentos, como ocorre com os corredores de serviço do Edifício do IPASE em Botafogo no Rio de Janeiro e do Edifício Anchieta em São Paulo.

A organização da planta dos apartamentos remete aos modelos alemães. A questão econômica e a separação entre as áreas sociais e íntimas da casa eram os argumentos adotados pelos arquitetos modernos para justificar a opção pela construção em dois pavimentos. Apesar dos duplex não serem exclusividade dos Irmãos Roberto, na arquitetura brasileira eles foram pioneiros nesta solução.

Quanto à implantação, também aparece a influência das *siedlungen*. Por meio das fotos das maquetes é possível identificar a existência de jardins em ambas as faces dos edifícios demonstrando a intenção de que as habitações tivessem áreas ajardinadas por toda sua extensão. O projeto parece formalizar o sonho de cidade de Marcelo Roberto:

(...) Quando estou de bom humor, vejo na minha cabeça a cidade clara dos tempos novos, Ela é tão simples, e tão variada, tem verde em toda parte, de toda parte vêem-se as belas coisas que a natureza semeou. Não há barulho, é um rumor justo, para explicar que a vida está presente. As crianças correm à vontade, não há hipótese de poderem morrer debaixo dos automóveis, os homens vão rapidamente de casa para o trabalho, de casa para o recreio. As pontes, os túneis, as estradas, são integradas no organismo da cidade, não mais acessórios do século XIX (...)(ROBERTO, 1948)

Esta cidade imaginada poderia ser facilmente interpretada como o sonho de ordem combatido por Angel Rama, pois ainda que a imagem idílica de Marcelo Roberto remeta a um universo quase bucólico – “tem verde em toda parte”, “não há barulho” –, é eminentemente urbana – “as pontes, os túneis, as estradas, são integradas ao organismo da cidade”. Assim, o planejamento da cidade aparece como forma de derrubar fronteiras territoriais e sociais, cuja equidade, ainda que fictícia é condição de sua dinâmica expansiva. (GORELIK, 1999)

O conceito de “unidade de vizinhança” está presente no projeto dos Roberto para a Penha, seguindo a diretriz do IAPI, que era dotar os conjuntos habitacionais de todos os equipamentos necessários à vida urbana. Cinema, posto de saúde, centro comercial, escola, playground, quadra

⁴ Depoimento a Nilce Aravecchia em setembro de 2006.

poli esportiva são alguns dos equipamentos previstos. O centro comercial tem grande importância simbólica, pois se trata de edifício cuja opção de desenho remete à “porta de entrada” do conjunto, onde também está localizado o cinema.

A “consciência crítica” da necessidade de adaptação dos princípios do movimento moderno em função do bioclima, do descompasso técnico, artístico e social que é manifestada pelo meio arquitetônico brasileiro em meados dos anos 30 (CONDURU, 2004:66), está no projeto em questão. Ela é revelada na simplicidade austera, característica dos Roberto na primeira fase de sua trajetória profissional. As linhas simples e o telhado invertido configuram, para a escala humana, o paralelepípedo perfeito, que certo distanciamento desmente, permitindo enxergar que de fato há um telhado de duas águas invertidas, já que a empena cega acompanha o desenho da seção transversal. Em toda sua extensão, o bloco laminar é desenhado pelas grandes aberturas intercaladas por parapeitos e caixilhos sempre paralelos às extremidades. As fotos remetem à existência de varandas que extravasam o pé direito, escavando todo o volume ocupado pela unidade duplex, que, desta forma, é afastada do plano geral da fachada, reduzindo a incidência de luz para dentro da moradia, opção que demonstra bem a preocupação com o bioclima típico do subúrbio do Rio de Janeiro e realizada no edifício para o IPASE.

A chamada consciência das ambivalências da arquitetura brasileira no que se refere aos seus aspectos técnicos, não foi suficiente para responder as intenções de massividade e viabilidade econômica pretendidas pelo IAPI e, talvez por isso, não tenha sido construído o projeto dos Irmãos Roberto.

As opções do IAPI e a empreitada do Distrito de Obras da Penha

Ao ser abandonado o projeto dos irmãos Roberto, a equipe do Instituto tomou frente do desenvolvimento do projeto, tendo a produção em série como uma das principais condicionantes. Os técnicos do IAPI vinham numa constante experimentação adquirida pelo acompanhamento das obras, que os colocou em contato direto com o processo construtivo e com variado repertório tipológico. No Conjunto Residencial da Penha foi desenvolvido um modelo de economia e racionalização da construção, lançando mão de habitações coletivas. Julgava-se que assim, os interesses do Instituto seriam respondidos de forma mais satisfatória:

A definição das células de habitação depende, obviamente, de fatores peculiares a cada conjunto (nível de salário, família-tipo etc.). Os projetos devem ser padronizados, tanto quanto o permitirem as condições do meio, objetivando sempre economia em todos os pontos não essenciais ao dimensionamento da habitação, de modo a tornar o valor construtivo compatível com os salários médios locais. (...)

A partir da primeira experiência – o Conjunto Residencial de Realengo – têm os projetistas do Instituto estudado os tipos de habitação mais adequados a cada programa proposto, orientando, o mais possível, a urbanização dentro das modernas normas dessa especialidade.(IAPI, 1950:292)

Disto decorre a interpretação de que os técnicos do IAPI tomaram a frente dos projetos e em especial do Conjunto da Penha, reforçada pelo memorial descritivo, com exposição de razões e opções de projeto adotadas na concepção do Conjunto, publicado na *Revista Industriários*, de autoria do Engenheiro Pedro Queima Coelho de Souza (1950), chefe do Distrito de Obras da Penha.

Quanto ao projeto urbanístico, a solução adotada na orientação dos edifícios em relação à rua, deveria se dar de forma que:

(...) o acesso aos blocos residenciais e prédios diversos fosse feito por logradouros reconhecidamente públicos, ao invés de simples alamedas ou caminhos. (SOUZA, 1947:40)

Essa deliberação é justificada pelo alto valor do terreno escolhido e pela conservação mais simples dos logradouros com transferência desse encargo para a municipalidade. Para a solução da disposição dos blocos perpendiculares à rua principal foi adotada a solução de “cul de sac”, devido às declividades que dificultariam a implantação das ruas no final dos terrenos.

No caso de espaços coletivos, os serviços de manutenção eram realizados pelo Instituto, que era proprietário dos conjuntos, embora fosse recorrente a estratégia do IAPI de conclamar os moradores, na verdade inquilinos, a cuidarem de suas casas.

A localização do comércio deu-se em razão da verificação das vocações já existentes no bairro, optando-se por aproximar dos antigos, os novos postos pertencentes ao conjunto, criando um imã para novos serviços e transportes. (IAPI, 1949) A escola e o local de convergência do lazer se refletiram em uma grande praça no interior do conjunto, defronte à escola, configurando um espaço público de convívio.

A planta da unidade habitacional, a solução técnica, e a organização urbanística do Conjunto Residencial da Penha foram utilizadas como matriz para vários outros projetos do IAPI. A sua importância decorre, portanto, mais da repetição do que da exceção, ao contrário dos conjuntos do IAPI, que o antecederam. Buscou-se por meio da definição de um desenho de unidade residencial, o denominado “Penha II”, um modelo passível de combinações e reproduções:

Ao ser elaborado o projeto do conjunto residencial da Penha, foi estudada uma unidade de sala e 3 quartos (tipo PE2) que, com pequenas variantes, passou a ser usada em larga escala, tendo sido empregada nos conjuntos de Terra Nova, Del Castilho (1ª parte) e Bangu, no Distrito Federal, e Vila Teresa em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. (IAPI, 1950:292)

A preferência por apartamentos foi assim justificada:

Foi em virtude da excelente localização do terreno e da conseqüente conveniência de aproveitá-lo da melhor maneira possível que o Instituto preferiu construir apartamentos na Penha, à semelhança do que fez na Móoca, na cidade de São Paulo (...)

O custo final de apartamentos do tipo construído é inferior ao de residências isoladas, sobretudo pela redução das despesas relativas à urbanização. (IAPI, 1949)

O bloco é composto por módulos de uma caixa de escadas para acesso a oito unidades, duas em cada andar. O número de módulos determina a extensão dos blocos, variando de 4 a 6 conforme o terreno. O telhado em duas águas sobre os paralelepípedos coroa a forma do bloco que pode ser reconhecida em vários outros conjuntos habitacionais.

É importante ressaltar ainda a organização interna da unidade habitacional, para a qual “atendendo a condições de custo econômico, procurou-se reduzir ao mínimo os espaços internos da unidade constituídos por passagens ou acessos que não permitem utilização adequada”. (SOUZA, 1950:44). Tal diretriz foi dada pelo primeiro projeto do Instituto, o Conjunto Residencial do Realengo.

As orientações do IAPI mostram a inflexão da produção habitacional do período em questão, e sua entrada no “terceiro momento do ciclo expansivo”, que Gorelik caracteriza como o momento desenvolvimentista, em que o estado, como nunca houvera feito antes assume de modo completo o conjunto de tarefas culturais para produzir a transformação social:

(...) se a fines del siglo XIX encontramos un estado que entronca en el ciclo expansivo a pesar suyo (la modernidad aparecía allí como figura de orden que debía controlar la modernización); y si en los años treinta la entente vanguardia; estado se produce en los hechos (la modernidad vanguardista como constructora de identidad para conducir a una modernización nacional emprendida por el estado); en el desarrollismo, el estado va a reunir toda la tradición constructiva, incorporando en su seno la pulsión vanguardista: el estado se vuelve institucionalmente vanguardia moderna y ciudad, su pica modernizadora. (GORELIK, 1999)

No entanto, tal inflexão na trajetória do Instituto torna necessária uma reflexão crítica acerca de suas opções arquitetônicas. Os conjuntos do período inicial, cuja análise projetual pode demonstrar sua inserção na preocupação das vanguardas, refletem o debate em torno dos imperativos das condicionantes nacionais em relação à vontade de modernização. Tais impasses aos poucos foram incorporados como característica própria da arquitetura moderna brasileira. Já em finais dos anos quarenta e início dos cinquenta, o afã de acelerar os processos de urbanização e responder de forma eficiente às demandas geradas pela expansão das cidades, levou ao caminho do pragmatismo característico dos anos sessenta.

Conclusão

Analisando a trajetória do Conjunto Residencial da Penha de um ponto de vista que procura admitir os conflitos e evocar as contradições de um período promissor para a arquitetura brasileira, busca-se elucidar os diversos segmentos e conceitos que constituíram a produção habitacional de 1930 a 1964 e a posição de seus protagonistas.

O viés modernista da arquitetura brasileira, em suas primeiras manifestações, tenta macular as suas contradições. Certa revisão se opera, no momento em que é sentido um descompasso tecnológico, que se materializa na contradição entre forma e conteúdo, representado, sobretudo, pela ausência das condições de se realizar a laje plana. A operação às avessas das vanguardas dos anos trinta na América Latina, surge com o objetivo de compor o diálogo entre a invenção da tradição e a instauração do moderno, com estratégia para vencer os atrasos e os desacertos da tecnologia.

Ao passo que a proposta elaborada por Lucio Costa, a partir de meados dos anos de 1930, conciliava tradição e modernidade, pretendendo resolver cultural e simbolicamente os impasses técnico-sociais, a partir da recuperação de elementos e técnicas artesanais e de elementos arquitetônicos antigos como os telhados inclinados e os muxarabis, outras abordagens, mais pragmáticas, empregavam os sistemas construtivos correntes, mais ou menos industrializados, resultando em obras de menor apelo visual. Tal análise parece adequada às opções dos projetistas do IAPI no Conjunto Residencial da Penha e em projetos que se seguiram, de maneira mais ou menos pragmática. Mas na forma resultante, neste caso, industrialização e produção artesanal se hibridizam de tal modo, que parecem anular as contradições tão intrínsecas à própria construção civil brasileira.

No projeto dos Irmãos Roberto as deficiências técnicas são problematizadas e incorporadas à construção, no entanto, ao remeter aos elementos tradicionais há uma preocupação formal implícita de dialogar com o repertório do Movimento Moderno. Desta forma, nos blocos residenciais, a extensa fachada livre, composta pelas varandas definidas pelo dominó estrutural, se integra ao telhado de água invertida.

Para o IAPI, já na segunda metade da década de 1940, tal refinamento arquitetônico não respondia mais às necessidade sobrepujantes de construir mais, no menor período de tempo possível – a empreitada do Distrito de Obras da Penha durou dois anos a contar do desenvolvimento do projeto. Na avaliação dos técnicos do Instituto, não havia razão para deixar à mostra a estrutura dominó, e o telhado em duas águas respondia mais objetivamente aos propósitos estabelecidos.

O bloco residencial do conjunto da Penha faz parte de uma linha tênue da produção habitacional no Brasil, que separa uma arquitetura de exceção que se imaginou passível de reprodução, de uma produção massiva e pragmática, calcada na economia e racionalização a todo custo, na qual as preocupações com os limites da padronização presentes na concepção do IAPI foram abandonadas.

A trajetória apresentada tem por finalidade apontar parâmetros para uma discussão sobre a cidade que se forjou a partir das transformações descritas. O sonho de ordem direcionou o viés reformista das vanguardas e, as cidades latino-americanas encarnavam a possibilidade de chegar a uma outra sociedade. Ressalta-se a riqueza dos espaços produzidos e das questões teóricas

sobre a arquitetura e o pensamento sobre a cidade, suscitadas neste período que foi fértil, exatamente por ser conflituoso. Os acontecimentos subseqüentes levaram à descrença da modernidade como condutora da modernização, de onde se instaurou a crítica antiurbana que, no entanto, não logrou melhores resultados nas condições de vida nas cidades.

Ao contribuir com a revisão da historiografia, a intenção é avaliar sob outro ponto de vista, que não o da crítica maniqueísta antiurbana e antimoderna, os sucessos e fracassos das vanguardas modernas no Brasil, expondo suas contradições e ambivalências. Para os arquitetos e urbanistas que tomaram a dianteira da produção habitacional no Brasil dos anos de 1930 a 1960, questões como autoritarismo letrado ou paternalismo assistencialista não estavam colocadas, era necessário forjar o novo homem a partir da habitação de um novo espaço planejado, a expansão ordenada da cidade não era utopia, era uma ação que estava em suas mãos.

Referências bibliográficas

- ARAVECCHIA, Nilce. Habitação Social no Rio de Janeiro e as contribuições e influências de Carlos Frederico Ferreira e Rubens Porto. São Carlos-SP: Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica /FAPESP, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP, 2000.
- BILL, Max. "Report on Brazil". Architectural Review, nº 694, vol. 116. Londres: out. 1954. pp. 235-240
- BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- BRITTO, Alfredo. MM Roberto – O espírito carioca na arquitetura. Documento. AU – Arquitetura e Urbanismo, nº 52, fev./mar. 1994. pp. 67-78.
- BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.
- CONDURU, Roberto. Tectônica tropical. In: Forty, Adrian & Andreoli, Elisabetta. Arquitetura Moderna Brasileira. Londres: Phaidon, 2004.
- DAL CO, Francesco. Dilucidaciones : modernidade y arquitectura. Barcelona: Paidós, 1990.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.
- GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1988.
- GORELICK, Adrian. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização em Wander Melo Miranda (editor), *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.
- IAPI. Conjunto Residencial da Penha. Rio de Janeiro: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, 1949.
- IAPI. O seguro social, a indústria brasileira, o Instituto dos Industriários. Relatório-Estudo do Engenheiro Alim Pedro, Presidente do IAPI no período de 26-2-1946 a 29-1-1951. Rio de Janeiro: IAPI, 1950.
- IZAGA, Fabiana. O sentido da pele: uma abordagem da arquitetura dos Irmãos Roberto. Dissertação de Mestrado, EBA-UFRJ. Rio de Janeiro: mimeo, 2002.
- MARTINS, Carlos A. F. Arquitetura e Estado no Brasil: Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; a obra de Lúcio Costa 1924/1952. Dissertação de Mestrado FFLCH-USP. São Paulo: mimeo, 1987.
- MAURÍCIO, Jayme. Marcelo Roberto dá a estrutura do Curso de Urbanismo. Correio da Manhã, 16.6.1957.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960). Dissertação de Mestrado (EESC-USP). São Carlos-SP: mimeo, 2004.

RAMA, Angel. La ciudad letrada, em MORSE, Richard e HARDOY, Jorge Henrique (comps.), *Cultura urbana lationamericana*. Buenos Aires: CLACSO, 1985.

ROBERTO, Marcelo. Discurso proferido na ABI agradecendo a publicação de *Brazil Builds*. 30.8.1943

_____. “Arquitetura, Urbanismo e o Muro das Lamentações”. Diário de São Paulo, 30.5.1948.

SANTOS, Paulo. Marcelo. “Marcelo Roberto I: o arquiteto”. Revista Arquitetura, nº 36, ago. 1965. pp.8-18

_____. “Marcelo Roberto II: o arquiteto”. Revista Arquitetura, nº 38, ago. 1965. pp.4-13

SOUZA, Pedro Queima Coelho de. Estudo Planejamento e Construção do Conjunto Residencial da Penha. Revista dos Industriários, n. 18:38-72. Rio de Janeiro, Distrito Federal, mar., 1950.

VALÉRIO, Carmem. O IAPI no problema da habitação. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da PUC. São Paulo:mimeo,1947.

WISNIK, Guilherme. Modernidade congênita. In: Forty, Adrian & Andreoli, Elisabetta. *Arquitetura Moderna Brasileira*. Londres: Phaidon, 2004.